

# Governo admite que cedeu a pressões

Flávio Thadeu



Líder indígena manifesta sua indignação contra a exploração de suas reservas

Rio — O decreto que autoriza a pesquisa e a lavra de minerais em reservas indígenas brasileiras teve a sua publicação suspensa devido às intensas reações contrárias ao anúncio de sua entrada em vigor. A afirmação é do ministro do Interior, Mário Andreazza, que ontem no Rio, manteve longo encontro com o presidente Figueiredo para tratar do assunto.

« Os Ministérios do Interior e das Minas e Energia já vinham estudando esse assunto há mais de seis meses — explicou Andreazza. E sabemos que em relação a esse tipo de mineração existiam dois problemas: um, a utilização do solo que está perfeitamente estabelecida na Constituição e no Estatuto do Índio. O outro, o do uso do subsolo, que é terra da União e cuja exploração é regida pelo Código de Mineração. Assim, as Reservas Indígenas ficavam de uma certa maneira, muito abertas e o estudo visava justamente proteger essas áreas e beneficiar as comunidades indígenas».

Andreazza acredita que não vai surgir qualquer tipo de problema para o encaminhamento do projeto, pois « com o tempo vai haver o debate e os esclarecimentos. Agora, precisamos ver o resultado a que vão chegar esses estudos a serem feitos pelo Conselho de Segurança Nacional e o Gabinete Civil, para observar as opiniões que estão surgindo e as sugestões. Todos esses aspectos serão considerados, pois o grande objetivo do decreto é a proteção das comunidades indígenas».

O ministro disse acreditar que todos os problemas surgidos entre as autoridades federais e os indígenas terão uma solução adequada, « já que a Funai vai procurar reunir os pontos divergentes e se chegará a uma legislação que beneficie as comunidades. Insistimos que ainda não existe nada definitivo, uma vez que o decreto não foi publicado e o presidente, ao assinar o documento, recomendou que fosse dado vistas ao Conselho de Segurança Nacional e ao Gabinete Civil».

## CNBB aprova o ato de Figueiredo

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Luciano Mendes de Almeida, disse ontem esperar que seja definitivamente revogado o decreto que permite às empresas mineradoras privadas o ingresso em área indígena, « diante dos graves danos que elas podem gerar para aquelas populações». Ele aprovou a « compreensão» em encaminhar o texto para reexame, e acredita que seus assessores irão opinar pela anulação.

O decreto assinado no dia nove surpreendeu a Nação. Sabemos o grave perigo para a sobrevivência dos índios que é a entrada indiscriminada de pessoas alheias à sua cultura, motivadas por finalidades econômicas, disse D. Luciano. Para ele, a notícia do reexame do decreto « responde à expectativa dos que se empenham na defesa e promoção da vida das populações indígenas».

Cimi

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em nota oficial divulgada ontem, ao creditar a atitude presidencial de recuo em relação ao decreto da mineração afirma que não se pode negar que a mobilização das lideranças indígenas foi fundamental para a medida ser reexaminada. Diante da encenação oficial — diz o Cimi — onde ficou clara a disputa de poder no atual governo, continuamos preocupados quanto à questão mineral nas áreas indígenas, pois em pouco tempo não se desarticulará esta máquina tão habilmente montada para realizar a liquidação mineral de nosso território.

O organismo de defesa dos índios diz que, « o poder das multinacionais do minério durante muito tempo utilizou o primeiro escalão governamental para realizar o que muitos consideram o maior saque mineral de toda a História do Brasil, cujas reais proporções serão conhecidas apenas dentro de alguns anos. A Nação necessita de uma resposta de toda esta cúpula, tanto civil como militar, pois os desmandos de Carajás, Tucuruí e Angra dos Reis não podem ser simplesmente postergados ao passado como uma aventura mal sucedida».

O Cimi salienta que todo o processo envolvendo o decreto cuja publicação foi sustada pelo presidente Figueiredo, e que teve início com sua primeira edição em novembro de 1983, « mostra claramente que a correlação de forças neste final de Governo Figueiredo está muito frágil».

— Nos faz pensar que possivelmente um « acordo de cavalheiros» tenha sido articulado nos bastidores para que a transição governamental se fizesse sem muitos escândalos e pressões, diz o Conselho.

Ele considera, neste momento, oportuno o projeto de lei que se encontra no Legislativo propondo transformar as áreas indígenas em reservas minerais.

## Marabuto acha melhor rejeitar o revanchismo

Por considerar que alguns funcionários da Fundação Nacional do Índio fazem parte de um grupo de colaboradores das empresas mineradoras nacionais, assessores do presidente do órgão tutelar, Nelson Marabuto, levaram ontem até ele a reivindicação de que os mesmos fossem afastados das proximidades dos silvícolas. A proposta foi rejeitada por Marabuto que qualificou-a de revanchismo, mesmo sob protestos dos seus auxiliares que acreditam ser o seu pedido, « uma questão de indigenismo», ou seja, de defesa dos interesses daquela minoria étnica.

O argumento dos indigenistas está baseado na questão do decreto que o presidente João Figueiredo assinou, permitindo a entrada de empresas mineradoras em território indígena, e que após uma rápida mobilização de índios e seus defensores foi sustado. Eles acreditam que a presença na Funai de pessoal vinculado às mineradoras será altamente prejudicial aos silvícolas.

Assim, eles pediram o afastamento da antropóloga Lúcia Helena de Melo, que emitiu parecer contrário aos interesses dos índios Tupinikin, do Espírito Santo, chegando mesmo a questionar sua indianidade; de José Ubirajara Gaublio, ex-titular do Departamento do Patrimônio Indígena, na gestão de Otávio Ferreira Lima, hoje requisitado pelo Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (Meaf) e que favoreceu o ingresso de mineradoras em área indígena.

Os assessores diretos de Marabuto solicitaram, ainda, o afastamento da antropóloga Hildegath Castro que em 1980 assinou documento reduzindo a reserva dos índios Waimiri-Atroari, na Amazônia, para que a empresa mineradora Parapanema pudesse atuar livremente nas terras indígenas. Como resultado desse ato morreram nada menos que mil e 500 índios.

Gilberto Ferreira da Silva, Aldenor Alves Santana, e Otaviano, requisitado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), são os outros nomes indicados pela assessoria da Funai como « personas non gratas», pois « todos facilitaram direta ou indiretamente a atuação das mineradoras».

Encenação  
Preocupados em que o reexame do decreto não passe de « encenação», os indigenistas reafirmaram sua disposição de permanecerem mobilizados até que ele seja anulado.

Querem, ainda, a revogação do decreto 88.985/83, cuja regulamentação foi rejeitada pelo ex-presidente da Funai, Jurandy Marques da Fonseca, e originou sua demissão. Este, apesar de não rejeitado quanto o outro pelos organismos de defesa dos índios, dava à Funai a prerrogativa de conceder a pesquisa e a lavra mineral às empresas privadas, que foi retirada no novo texto apresentado a Figueiredo pelo ministro das Minas e Energia César Cals.

Um grande número de líderes indígenas se encontrou durante todo o dia de ontem na Funai, quando a determinação de permanecerem em « assembleia permanente» foi mantida. Eles não querem ser tomados de surpresa, com a possível publicação do decreto após a reunião do Colégio Eleitoral, segundo afirmou o chefe de Gabinete daquele órgão, Marcos Terena.

Marabuto reuniu-se durante a manhã de ontem com o Secretário-Geral do Ministério do Interior, coronel Augusto César de Sá da Rocha Maia, com quem discutiu toda a problemática que envolveu o decreto da mineração, bem como a questão dos índios Apinagé, do norte de Goiás. Estes, encontram-se em conflito com um grupo de posseiros invasores de suas terras, e a solução para o caso depende da reunião do Grupo Interministerial responsável por problemas fundiários em área indígena.